

# PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO NA FILOSOFIA DA MIGRAÇÃO: UMA ABORDAGEM ANTICOLONIAL PARA A JUSTIÇA E INCLUSÃO SOCIAL

*THE PHILOSOPHY OF MIGRATION: AN ANTICOLONIAL APPROACH TO JUSTICE AND SOCIAL INCLUSION*

## **Marli Polenz Ferreira (UFSM)**

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Maria  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9853318263054058>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7144-0482>  
E-mail: [marli.ferreira@acad.ufsm.br](mailto:marli.ferreira@acad.ufsm.br)

## **Francisco Nilton Gomes de Oliveira (UFRJ)**

Doutor em Linguística e Pós Doutor em Educação e Direito  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8810489697768335>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2293-2111>  
E-mail: [nilton@medicina.ufrj.br](mailto:nilton@medicina.ufrj.br)

## **Marta Ferreira Soares (UFSM)**

Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (2021)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2712331471134850>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6903-4585>  
E-mail: [marta-ferr@hotmail.com](mailto:marta-ferr@hotmail.com)

**Resumo:** Este artigo analisa criticamente as dinâmicas de exclusão social, vigilância e marginalização que afetam os migrantes, articulando as áreas da psicologia, educação e filosofia da migração sob uma perspectiva anticolonial. A pesquisa tem como objetivo evidenciar como práticas psicoeducacionais e pedagógicas podem contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, fundamentada na justiça social e no reconhecimento da diversidade cultural. Apoiado em uma abordagem qualitativa e na análise crítica do discurso, o estudo baseia-se nas contribuições teóricas de Foucault, Derrida, Di Cesare, Boaventura de Sousa Santos, Freire e Cusicanqui. A investigação ressalta a importância da saúde mental no processo migratório, destacando os impactos das políticas excludentes e a necessidade de práticas educativas que valorizem as identidades dos migrantes. São analisadas experiências internacionais e nacionais de acolhimento e integração, como programas educacionais e de apoio psicológico, que demonstram a eficácia do empoderamento por meio da educação intercultural e do cuidado. Conclui-se que a verdadeira inclusão depende da reformulação de políticas públicas e práticas sociais, que reconheçam os migrantes como sujeitos de direitos e agentes de transformação social. Assim, a psicoeducação torna-se um caminho essencial para romper com os ciclos de exclusão e promover uma integração plena e humanizada.

**Palavras-chave:** Anticolonialismo. Psicoeducação. Justiça social. Migração. Saúde mental.

**Abstract:** This article critically analyzes the dynamics of social exclusion, surveillance, and marginalization that affect migrants, articulating the areas of psychology, education, and philosophy of migration from an anti-colonial perspective. The research aims to show how psychoeducational and pedagogical practices can contribute to the construction of a more inclusive society, based on social justice and the recognition of cultural diversity. Supported by a qualitative approach and critical discourse analysis, the study is based on the theoretical contributions of Foucault, Derrida, Di Cesare, Boaventura de Sousa Santos, Freire and Cusicanqui. The research highlights the importance of mental health in the migratory process, highlighting the impacts of exclusionary policies and the need for educational practices that value the identities of migrants. International and national experiences of reception and integration, such as educational and psychological support programs, which demonstrate the effectiveness of empowerment through intercultural education and care, are analyzed. It is concluded that true inclusion depends on the reformulation of public policies and social practices, which recognize migrants as subjects of rights and agents of social transformation. Thus, psychoeducation becomes an essential way to break the cycles of exclusion and promote full and humanized integration.

**Keywords:** Anticolonialism. Psychoeducation. Social justice. Migration. Mental health.

## Introdução

A migração, fenômeno global crescente, envolve dinâmicas complexas de exclusão social, marginalização e vigilância, frequentemente intensificadas por lógicas neoliberais e coloniais. Migrantes, muitas vezes tratados como “anomalias” pelas políticas migratórias, enfrentam processos de adaptação forçada e vigilância, o que os privam de autonomia e agência, contribuindo para sua desumanização e invisibilização. Foucault (2014) analisa como essas práticas de controle geram sofrimento psicológico, alimentando um ciclo de trauma e insegurança para os migrantes.

Neste contexto, a saúde mental dos migrantes torna-se uma questão central. A exclusão social e o controle constante impactam diretamente o bem-estar psicológico dos indivíduos, criando um ambiente de sofrimento contínuo. Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre como as práticas da psicologia e da educação podem oferecer respostas para uma abordagem mais inclusiva e humanizada da migração, fundamentada na justiça social e no cuidado psicoeducacional.

Com base em uma perspectiva anticolonial, inspirada por autores como Sousa Santos (2021), Cusicanqui (2021), Freire (2020), Derrida (2003) e Di Cesare (2020), exploram-se caminhos para que a psicologia e a educação desafiem as estruturas de exclusão, reconfigurando as narrativas sobre migração e reconhecendo os migrantes como sujeitos ativos e transformadores de suas realidades.

Freire (2020) corrobora que a educação deve ser um espaço de resistência e emancipação, onde as identidades dos migrantes são respeitadas e valorizadas, promovendo seu desenvolvimento enquanto sujeitos de direitos e agentes de mudança. A psicologia, por sua vez, deve atuar como uma ferramenta de cuidado psicoeducacional, abordando as questões emocionais e psicológicas enfrentadas pelos migrantes, visando à promoção do bem-estar e à superação das barreiras da exclusão social.

Este estudo, portanto, analisa como as práticas psicoeducacionais, aliadas a uma abordagem anticolonial, podem transformar a condição dos migrantes. Busca-se identificar caminhos para a superação das dinâmicas de vigilância e marginalização que os cercam, oferecendo-lhes as ferramentas necessárias para o empoderamento e a participação ativa nas comunidades de acolhimento. O objetivo é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde os migrantes sejam reconhecidos como sujeitos plenos de direitos, dignidade e autonomia.

Ao final, reflete-se sobre o papel da educação como instrumento de resistência e transformação, propondo que uma abordagem anticolonial possa reconfigurar as narrativas predominantes sobre migração, superando as políticas excludentes e as perspectivas de controle social que ainda marcam as práticas migratórias contemporâneas.

## Epistemologia Anticolonial e Filosofia da Migração

A reflexão sobre a migração, em uma perspectiva crítica e anticolonial, exige a superação dos paradigmas eurocêtricos que historicamente moldaram as percepções ocidentais sobre os migrantes. A partir de uma epistemologia do sul, proposta por Santos (2021), é possível questionar a hegemonia do conhecimento ocidental, que marginaliza as vozes dos povos periféricos, entre eles os migrantes.

Santos (2021) destaca que a migração não deve ser vista apenas como um problema social, mas como uma prática que carrega saberes e formas de resistência, desafiando a ordem estabelecida e revelando possibilidades de transformação social. A epistemologia anticolonial que ele propõe valoriza o conhecimento das populações subalternizadas, incluindo os migrantes, e reconhece esses saberes como fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Essa abordagem ressoa com a proposta de Cusicanqui (2021), que também vê a migração não como um fenômeno negativo ou traumático, mas como um ato de resistência e reconfiguração identitária. Os migrantes são sujeitos ativos, e não vítimas passivas, sendo capazes de reconstruir suas identidades e afirmar seus direitos dentro de um sistema global opressor (Cusicanqui, 2021). A partir dessa perspectiva descolonial, a migração é entendida como um campo de resistência ao capitalismo global e ao colonialismo, permitindo que os migrantes se reconectem com suas raízes

culturais e históricas enquanto redefinem suas trajetórias.

Foucault (2014) ratifica que é crucial para compreender as dinâmicas de poder envolvidas na migração. Foucault analisa como as fronteiras, tanto físicas quanto simbólicas, são utilizadas para separar o “dentro” do “fora” e para estabelecer hierarquias entre o civilizado e o bárbaro, entre o ocidental e o não ocidental. Ele argumenta que essas fronteiras não apenas delimitam o espaço geográfico, mas também constroem sujeitos subordinados, submetidos à vigilância e ao controle.

No contexto da migração, a biopolítica descrita por Foucault se reflete na forma como as políticas migratórias regulam o movimento das pessoas e subordinam os migrantes, mantendo as desigualdades sociais e econômicas. Essa lógica de exclusão e controle perpetua o poder das nações colonizadoras sobre as populações migrantes, dificultando sua plena integração nas sociedades de acolhimento.

Diante dessa realidade de exclusão e vigilância, Freire (2020) oferece uma alternativa pedagógica. A educação, segundo Freire, deve ser compreendida como um espaço de resistência e emancipação, onde todos, inclusive os migrantes, podem questionar suas realidades e lutar pela transformação. A pedagogia crítica proposta por Freire é um caminho para a construção de novas subjetividades, nas quais os migrantes são reconhecidos como sujeitos plenos de direitos e de capacidade de mudança social. A educação, assim, pode ser um meio para superar as dinâmicas de exclusão e criar novas formas de integração e participação ativa.

No âmbito da psicologia, o cuidado psicoeducacional também desempenha um papel fundamental na promoção da saúde mental dos migrantes, ajudando-os a lidar com os efeitos psicológicos da exclusão, do trauma e da marginalização. Ao reconhecer a diversidade cultural e as especificidades históricas dos migrantes, a psicologia pode contribuir para seu empoderamento, promovendo sua resiliência e bem-estar enquanto indivíduos capazes de se reconectar com suas identidades culturais e históricas, ao mesmo tempo em que se integram às novas comunidades.

Por fim, a filosofia da migração, fundamentada em uma epistemologia anticolonial, deve ser entendida como um campo de luta política que visa construir uma ética migratória baseada na justiça social. Isso implica superar abordagens assistencialistas e paternalistas, reconhecendo os migrantes como sujeitos de direitos, detentores de saberes e experiências valiosos para a sociedade.

As práticas de educação e psicologia, alinhadas a uma perspectiva crítica, podem, assim, desempenhar um papel transformador, não apenas no campo da saúde mental, mas também na criação de políticas públicas inclusivas e na promoção de uma sociedade que valorize a dignidade e a autonomia de todos os seus membros, independentemente de sua origem.

## **Psicologia da Migração: Saúde Mental e Cuidado**

A migração não se resume a um deslocamento físico; trata-se, sobretudo, de um processo profundamente psicológico e emocional, que demanda uma abordagem psicoeducacional que vá além das práticas clínicas tradicionais. A psicologia da migração se insere em um campo interdisciplinar — que abrange a psicologia social, intercultural e clínica — e busca não apenas compreender os desafios psicológicos impostos pela experiência migratória, mas também promover o cuidado psíquico como um processo de resistência e empoderamento.

As questões de saúde mental dos migrantes são complexas, envolvendo traumas decorrentes de deslocamentos forçados, perda de identidade cultural, racismo, estigmatização e a violência simbólica de ser visto como “estrangeiro”. Além disso, as políticas migratórias frequentemente atuam como barreiras geográficas e psicológicas, perpetuando a exclusão e o sofrimento. Nesse contexto, a psicologia deve não apenas tratar os traumas, mas também contribuir para enfrentar as condições estruturais que geram essas experiências de marginalização.

Foucault (2006) descreve que particularmente o conceito de “cuidado de si”, oferece uma abordagem útil para compreender o cuidado psíquico no contexto migratório. Foucault argumenta que o cuidado não é apenas uma prática de tratamento, mas um processo de autoconsciência e autonomia, no qual o sujeito se torna agente de sua própria transformação. No contexto dos migrantes, o cuidado psíquico não deve se limitar a uma resposta aos traumas vividos, mas configurar-se como uma prática proativa que os empodere a desafiar as condições de opressão e

marginalização impostas pela sociedade.

A experiência migratória frequentemente envolve perda de identidade e necessidade de reconstrução cultural, o que pode gerar sentimentos de alienação e isolamento social. Além disso, a estigmatização e a discriminação exacerbam essa alienação, produzindo um tipo de trauma coletivo. Nesse sentido, a psicologia deve não apenas tratar o sofrimento individual, mas também compreender as experiências migratórias como um fenômeno coletivo, que afeta uma comunidade inteira de pessoas deslocadas.

A psicologia intercultural surge como uma abordagem crucial para compreender as necessidades específicas dos migrantes, pois considera as dinâmicas entre diferentes culturas e as implicações psicológicas dessas interações. Essa abordagem não se limita à adaptação do migrante ao novo contexto social, mas valoriza suas identidades culturais, contribuindo para o enfrentamento de práticas discriminatórias e estigmatizantes. O respeito à diversidade cultural é essencial para o cuidado psicoeducacional, já que as formas de sofrimento e as estratégias de enfrentamento variam conforme a cosmovisão de cada migrante.

Além de compreender as dimensões culturais do sofrimento, a psicologia da migração deve engajar-se no empoderamento psíquico dos migrantes. Ao apoiar sua agência e promover o cuidado de si, a psicologia contribui não apenas para a recuperação emocional, mas também para o enfrentamento de opressões estruturais, como racismo, sexismo e xenofobia. O empoderamento psíquico visa fortalecer o migrante como sujeito ativo, capaz de desafiar as condições que perpetuam sua marginalização, e reconhece sua capacidade de transformar sua condição social.

Nesse processo de transformação, a educação crítica desempenha um papel complementar e essencial. Freire (2020) argumenta que a educação e emancipação pode ser aplicada ao contexto migratório, pois propõe uma educação que não apenas visa à integração social do migrante, mas também ao fortalecimento de sua identidade e à construção de sua capacidade de agir criticamente sobre as condições sociais e políticas que o afetam. A educação, portanto, torna-se um espaço de cura e transformação, promovendo a autonomia e o autoconhecimento.

A integração das perspectivas da psicologia intercultural e da educação crítica contribui para a construção de uma abordagem psicoeducacional que favoreça o bem-estar dos migrantes, ao mesmo tempo em que os capacita a se tornarem protagonistas de sua própria história. Esse modelo de cuidado psicoeducacional não apenas busca a justiça social, mas também promove uma sociedade mais inclusiva, que respeite as diversidades culturais e identitárias dos migrantes e que se comprometa com a transformação social.

## Educação como Prática de Liberdade

A educação, sob uma perspectiva crítica e transformadora, assume um papel central na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, especialmente no contexto migratório. Freire (2020) compreende a educação como uma prática de liberdade, um processo contínuo de conscientização e emancipação que visa não apenas à transmissão de saberes, mas, principalmente, à transformação das relações sociais e de poder.

A educação deve ser entendida como um ato de emancipação, permitindo aos sujeitos — neste caso, os migrantes — reconhecerem-se como agentes ativos de sua própria história (Freire, 2020). Ela os capacita a desafiar as condições de exclusão e opressão resultantes do deslocamento forçado e da marginalização. Nesse sentido, a educação para migrantes não se limita a um processo de adaptação; deve ser uma ferramenta de resistência contra as lógicas coloniais e excludentes presentes tanto nas estruturas educacionais quanto nas dinâmicas sociais que enfrentam.

A educação, então, precisa respeitar e valorizar as identidades culturais dos migrantes, reconhecendo seus saberes e histórias de vida. Ao fazê-lo, promove um processo de empoderamento em que os migrantes não são vistos como vítimas ou receptores passivos, mas como sujeitos plenos de direitos e capacidades. Nesse modelo, a educação torna-se um espaço de autonomia e liberdade, no qual os migrantes assumem o protagonismo de sua própria história e da transformação social.

Freire (2020) corrobora que a educação deve ser dialógica e interativa, rompendo com o modelo tradicional de ensino em que o professor transmite conhecimentos e o aluno os recebe

passivamente. No contexto migratório, essa abordagem é ainda mais significativa, pois os migrantes trazem consigo uma riqueza de saberes e práticas que, ao serem reconhecidos e valorizados, não apenas enriquecem o processo educativo, mas também fortalecem o senso de pertencimento e identidade.

Além disso, em vez de impor uma cultura dominante, a educação deve promover uma escuta ativa e um respeito profundo pela diversidade cultural. Nesse processo, o migrante não é apenas um aprendiz passivo, mas um sujeito que traz experiências capazes de enriquecer o currículo e transformar a sala de aula em um espaço de intercâmbio cultural e construção conjunta do conhecimento.

A autonomia é central no pensamento de Freire. Ele defende que a educação deve capacitar os indivíduos a pensar criticamente sobre o mundo e suas condições de vida, para então agir sobre ele de forma transformadora. No contexto migratório, essa autonomia torna-se fundamental para que os migrantes possam romper com as estruturas de dominação que os marginalizam, oferecendo-lhes ferramentas para se libertarem das condições que os mantêm subalternos.

Ao promover uma educação emancipatória, a proposta de Freire se opõe ao modelo tradicional de assimilação, que muitas vezes tenta moldar os migrantes às normas e expectativas da sociedade dominante, desconsiderando suas realidades culturais. A educação crítica e descolonial, nesse sentido, torna-se um instrumento para desafiar as relações de poder e promover transformação social. Ao integrar os migrantes de maneira crítica ao processo educativo, a educação deixa de ser um mecanismo de adaptação e passa a ser um espaço de resistência, no qual o migrante se torna agente ativo na luta por justiça social.

Por fim, a educação pode ser compreendida também como um processo de cuidado psicoeducacional, que reconhece as experiências traumáticas dos migrantes e apoia seu bem-estar emocional. Ao combinar o aspecto intelectual da aprendizagem com o cuidado das necessidades emocionais, a educação torna-se não apenas um espaço de formação acadêmica, mas também de cura e resiliência. Esse cuidado integral fortalece a autonomia emocional dos migrantes, ajudando-os a reconstruir suas identidades e superar os traumas da migração.

Em resumo, a educação como prática de liberdade, conforme proposta por Freire, é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ela permite que os migrantes não apenas se adaptem ao novo contexto, mas se tornem sujeitos plenos de direitos, autonomia e capacidades, atuando ativamente na transformação das condições de exclusão e opressão.

## **O Discurso, o Poder e a Exclusão Social no Contexto Migratório**

A educação, sob uma perspectiva crítica e transformadora, desempenha um papel essencial na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, especialmente no contexto migratório. Freire (2020) salienta que a educação é uma prática de liberdade, um processo contínuo de conscientização e emancipação. Esse processo envolve não apenas a transmissão de saberes, mas, acima de tudo, a transformação das relações sociais e de poder que frequentemente resultam na exclusão e marginalização dos migrantes.

Para que a educação seja uma ferramenta efetiva de transformação, ela precisa ir além da adaptação. Deve atuar como instrumento de resistência às lógicas coloniais e excludentes que permeiam as estruturas educacionais e sociais, garantindo que as identidades culturais, os saberes e as histórias de vida dos migrantes sejam respeitados e valorizados. Nesse contexto, a educação configura-se como uma estratégia de empoderamento, permitindo que os migrantes não sejam vistos como vítimas, mas como sujeitos ativos de transformação social.

A proposta freiriana também enfatiza o caráter dialógico da educação, na qual o processo de aprendizagem deve ser interativo e colaborativo. No contexto migratório, onde os migrantes trazem consigo uma riqueza de saberes e práticas, esse modelo educacional é fundamental para fortalecer o senso de pertencimento e identidade, além de promover uma escuta ativa e um respeito profundo pela diversidade cultural.

No entanto, ao discutir a educação como ferramenta de transformação, é necessário refletir também sobre como os discursos sociais e as estruturas de poder contribuem para a exclusão dos

migrantes. Muitas vezes, esses discursos estão impregnados de xenofobia, racismo e outras formas de discriminação, marginalizando o migrante não apenas na sociedade, mas também dentro das instituições educacionais. A educação crítica e dialógica se opõe a essas estruturas de poder, oferecendo aos migrantes a possibilidade de contestar as normas e os discursos que os oprimem.

Outro conceito central na proposta de Freire é a autonomia educacional. Para o autor, a educação deve proporcionar aos indivíduos a capacidade de pensar criticamente sobre o mundo e agir de forma transformadora. No contexto migratório, a autonomia torna-se uma chave essencial para romper com as estruturas de dominação que veem os migrantes como inferiores e marginalizados. Ao promover uma educação emancipatória, baseada no respeito mútuo e na autodeterminação, a pedagogia freiriana oferece uma alternativa às práticas tradicionais, que frequentemente desconsideram as realidades culturais e sociais dos migrantes.

Além disso, a educação deve ser entendida como um processo de cuidado psicoeducacional, que reconhece as experiências traumáticas dos migrantes e apoia seu bem-estar emocional. Freire propõe uma educação preocupada com a formação integral do indivíduo — intelectual, emocional e social —, o que oferece uma abordagem essencial para a cura e resiliência dos migrantes, muitas vezes marcados por experiências de trauma, perda e isolamento.

Em síntese, a educação, tal como proposta por Freire (2020), configura-se como um elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ela não se limita a facilitar a adaptação dos migrantes ao novo contexto, mas os capacita a se tornarem protagonistas de sua própria história, desafiando as estruturas de poder que sustentam sua exclusão e contribuindo para uma transformação social significativa.

## **Migração, Psicologia e Exclusão: O Impacto do Controle Social**

A migração é um fenômeno multifacetado que abrange questões culturais, econômicas, políticas e, crucialmente, psicológicas. Em diversos contextos, migrantes são tratados como sujeitos à margem da sociedade, vivendo sob um status de exceção que os coloca em posição de vulnerabilidade. Políticas migratórias, especialmente as que enfatizam a securitização das fronteiras, estabelecem regimes de vigilância constante, tratando migrantes não como cidadãos plenos, mas como potenciais ameaças ao Estado-nação. Essa lógica de controle social é sustentada por construções discursivas que os definem como “outros”, a serem vigiados, regulados e excluídos.

Foucault (2014) oferece uma análise crucial sobre como o poder se exerce, não apenas de forma repressiva, mas também por meio de processos que regulam atitudes e comportamentos de maneira invisível. No caso dos migrantes, esse controle se manifesta em barreiras burocráticas e legais, mas também em práticas cotidianas de estigmatização, como no acesso à educação, saúde e mercado de trabalho. O impacto psicológico desse controle é profundo, resultando em perda significativa de identidade e autonomia, afetando diretamente a saúde mental dos migrantes.

Além das dificuldades culturais de adaptação, migrantes enfrentam traumas psicológicos relacionados ao deslocamento forçado, separação familiar e experiências de racismo e xenofobia nas sociedades de acolhimento. Esses fatores geram sentimentos de isolamento, agravando ainda mais a exclusão social e dificultando a construção de um senso de pertencimento. A psicologia da migração deve adotar uma abordagem que vá além da adaptação cultural, abordando as complexas questões emocionais e sociais que surgem no processo migratório.

A desumanização da experiência migratória é um aspecto crítico. Frequentemente, migrantes são reduzidos a números ou categorias políticas, como “ameaças” ou “invasores”, alimentando preconceitos e discriminação. A psicologia, portanto, deve compreender migrantes em sua totalidade, reconhecendo suas identidades culturais e psicossociais.

No entanto, a migração também pode ser uma oportunidade de crescimento, tanto para migrantes quanto para as sociedades que os acolhem. A resiliência dos migrantes, diante da adversidade, pode promover autoestima e reconstrução de identidade cultural. Nesse sentido, a psicologia não deve se limitar apenas ao processo de adaptação, mas trabalhar para fortalecer a identidade positiva dos migrantes e auxiliá-los no desenvolvimento de estratégias de enfrentamento.

Por fim, a exclusão social, amplificada pelas políticas de controle social, tem impacto

psicológico profundo. A marginalização, seja por barreiras legais ou sociais, resulta em alienação, afetando gravemente a saúde mental dos migrantes. Foucault (2014) discute como a vigilância interna contribui para a internalização de normas que fazem o migrante se perceber como inferior. A psicologia deve auxiliar migrantes a reconstruir sua identidade, promovendo autonomia psicológica e reconhecendo suas capacidades como agentes de transformação.

A psicologia da migração deve ser entendida como parte de uma estratégia mais ampla de justiça social, reconhecendo a diversidade cultural e promovendo uma sociedade inclusiva que desafie as lógicas de controle e exclusão. Dessa forma, a psicologia contribui para a construção de uma ética migratória que assegure a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

## **A Construção de uma Educação Migratória: Inclusão, Cuidado e Emancipação**

A educação é uma poderosa ferramenta de transformação social, essencial para a inclusão de migrantes e para o fortalecimento de suas identidades. Inspirados nas teorias de Freire (2020), propomos que a educação migratória não se limite à simples adaptação, mas seja um processo de emancipação, no qual migrantes são reconhecidos como sujeitos ativos na construção de suas próprias histórias. Ao integrar dimensões psicoeducacionais com princípios de liberdade, autonomia e empoderamento, a educação torna-se crucial para combater estruturas de exclusão social e promover a saúde mental dos migrantes.

Freire (2020) descreve que a educação é um ato de liberdade, em que o educando não é apenas receptor passivo de conhecimento, mas um sujeito ativo, capaz de refletir sobre sua realidade e transformá-la. Aplicando essa perspectiva ao contexto migratório, entendemos que a experiência migratória não deve ser vista como uma condição de subordinação, mas como um potencial de transformação. A educação migratória deve, portanto, valorizar as identidades culturais dos migrantes, ao mesmo tempo em que desenvolve habilidades necessárias para sua participação ativa e crítica na sociedade de acolhimento.

No entanto, para que essa educação seja verdadeiramente inclusiva, é necessário incorporar práticas psicoeducacionais que atendam às necessidades emocionais e psicológicas dos migrantes. A adaptação à nova sociedade não é apenas um desafio cultural, mas também psicológico. Experiências de isolamento, trauma e discriminação podem impactar profundamente a saúde mental dos migrantes, tornando essencial a criação.

A integração de práticas psicoeducacionais é fundamental para fortalecer a saúde emocional dos migrantes. Um exemplo disso pode ser encontrado em programas educacionais que utilizam oficinas culturais como ferramentas de resgate de identidade e pertencimento. Essas oficinas, que podem incluir arte, música, dança ou contação de histórias, não só permitem que os migrantes mantenham um vínculo com suas raízes culturais, mas também proporcionam uma forma de expressão que pode ser terapêutica e restauradora.

Outro exemplo prático de inclusão é a criação de espaços de escuta ativa nas escolas ou centros de acolhimento. Nestes ambientes, os migrantes podem compartilhar suas experiências, desafios e expectativas. Além de promover a solidariedade entre os participantes, esses espaços contribuem para o fortalecimento da identidade coletiva e para a redução do isolamento emocional. Em escolas que atendem a migrantes, por exemplo, pode-se criar grupos de apoio psicológico que integrem psicólogos, educadores e mediadores culturais, oferecendo um acompanhamento contínuo que aborde tanto as questões educativas quanto as emocionais.

## **Desafios e Possibilidades: Caminhos para uma Sociedade Inclusiva**

A migração é um fenômeno social e cultural complexo, que envolve não apenas desafios de adaptação e integração, mas também dificuldades relacionadas à exclusão, discriminação e

marginalização, muitas vezes intensificadas pelas políticas migratórias vigentes. Este capítulo busca explorar os desafios enfrentados pelos migrantes, abordando tanto as dimensões psicológicas quanto educacionais, e propõe alternativas para a construção de uma sociedade mais inclusiva, fundamentada no respeito à diversidade cultural, na promoção da saúde mental e no cuidado psicoeducacional.

A análise crítica das políticas públicas de migração, em diálogo com a teoria anticolonial, revela que, para que os migrantes possam se tornar protagonistas de suas próprias histórias, é necessário reformular essas políticas, integrando o cuidado psicológico, a educação inclusiva e a valorização de suas identidades culturais. A educação, quando compreendida como ferramenta de empoderamento, e o cuidado psicológico, enquanto suporte essencial à saúde mental, constituem elementos-chave para que os migrantes superem as barreiras impostas pelas estruturas de exclusão social.

Entre os principais desafios enfrentados pelos migrantes — especialmente aqueles em situação de migração forçada em razão de crises políticas ou econômicas — destacam-se questões psicológicas como ansiedade, depressão, traumas e perda de identidade. Frequentemente, esses indivíduos são estigmatizados como “estrangeiros” ou “indesejáveis”, o que gera um profundo sentimento de desumanização e isolamento. Tal cenário é agravado por políticas de securitização e controle de fronteiras, que não apenas limitam o direito à livre circulação, mas também marginalizam e criminalizam os migrantes, dificultando sua plena integração nas sociedades de acolhimento (Castles, 2014).

No contexto educacional, os migrantes enfrentam obstáculos significativos para acessar sistemas formais de ensino, que frequentemente não estão preparados para atender às suas necessidades específicas. A ausência de reconhecimento de suas competências e experiências anteriores, aliada a barreiras linguísticas e culturais, resulta em uma educação excludente, comprometendo tanto seu desenvolvimento acadêmico quanto sua autoestima. Tal realidade reforça a necessidade de repensar a educação, de modo que os migrantes não sejam forçados a se adaptar a um sistema que os considera sujeitos secundários, mas reconhecidos como indivíduos plenos, com saberes e potencialidades próprios (OECD, 2019).

Além dos desafios educacionais, os migrantes também enfrentam barreiras sociais e econômicas, como o desemprego, a desvalorização de suas qualificações profissionais e a ausência de apoio social, fatores que perpetuam a vulnerabilidade e a exclusão. Nesse cenário, a educação e o cuidado psicológico tornam-se ainda mais relevantes, ao oferecerem bases sólidas para que os migrantes superem tais dificuldades estruturais e construam uma vida digna nas sociedades que os acolhem (Portes; Rumbaut, 2014).

Para transformar essa realidade e permitir que os migrantes assumam o protagonismo de suas trajetórias, é fundamental que as políticas públicas não se limitem a estratégias imediatistas de integração social e econômica. Elas devem também considerar as dimensões psicológicas e educacionais como pilares para uma inclusão verdadeira e duradoura.

Uma das alternativas fundamentais para a criação de uma sociedade inclusiva consiste no reconhecimento das identidades culturais dos migrantes e na valorização da diversidade como princípio central das políticas de acolhimento. Isso demanda a criação de espaços educativos e culturais que respeitem e promovam tais diversidades identitárias, permitindo que os migrantes se sintam reconhecidos e respeitados em suas diferenças. Tais espaços devem ser não apenas inclusivos, mas também acolhedores, oferecendo suporte emocional e social para que possam enfrentar os desafios impostos pela migração.

Países como Canadá e Alemanha têm desenvolvido programas que integram os migrantes de maneira holística, considerando suas necessidades educacionais e psicológicas. O programa de integração canadense, por exemplo, oferece cursos de idiomas, apoio psicossocial e formação profissional, promovendo uma adaptação sem perda de identidade cultural (Government of Canada, 2020). A Alemanha, por sua vez, investe em educação intercultural, com capacitação docente voltada à diversidade cultural e a criação de centros de apoio psicológico para migrantes (BAMF, 2018).

No Brasil, iniciativas como o Projeto MigraMundo, realizado em parceria com ONGs e instituições educacionais, oferecem aulas de português, orientação profissional e apoio psicológico

a migrantes venezuelanos, promovendo sua integração sociocultural (Migramundo, 2020). Esses programas, ao combinar cuidado psicoeducacional com ações de inclusão social, têm demonstrado impacto positivo na autoestima e na adaptação dos migrantes.

No âmbito educacional, torna-se necessário reformular abordagens pedagógicas para garantir a efetiva inclusão dos migrantes. O ensino de línguas, uma das ferramentas mais eficazes nesse processo, deve promover o diálogo intercultural e não a subordinação cultural. Modelos de escolas bilíngues e multiculturais, como os adotados em cidades da França e Espanha, representam exemplos bem-sucedidos. Essas escolas incentivam o aprendizado sem desvalorização das línguas maternas e fomentam a troca cultural entre estudantes locais e migrantes (UNHCR, 2021).

Programas de cuidado psicoeducacional, que integrem dimensões pedagógicas e psicológicas, são igualmente fundamentais. No Reino Unido, o *“Refugee Education Programme”*, promovido por universidades e escolas, oferece apoio acadêmico e psicológico com acompanhamento individual e grupos de apoio, promovendo a integração e o bem-estar dos migrantes (REFUGEE COUNCIL, 2020).

Ademais, é essencial que as políticas de acolhimento adotem uma perspectiva anticolonial, rejeitando práticas discriminatórias e excludentes. Tais políticas devem promover uma ética migratória baseada na justiça social, reconhecendo os migrantes como sujeitos de direitos, e não como “problemas” a serem resolvidos.

Outro caminho poderoso para superar os desafios migratórios é o empoderamento coletivo dos migrantes. Ao capacitá-los para se tornarem agentes de transformação em suas comunidades, promove-se não apenas a inclusão, mas a construção de uma solidariedade global. Esse empoderamento deve ir além do âmbito individual e contemplar práticas educativas que desenvolvam competências técnicas, habilidades críticas e engajamento político.

O protagonismo dos migrantes também exige que as estruturas sociais e políticas se tornem mais sensíveis e inclusivas. Políticas públicas devem considerar experiências históricas de deslocamento, traumas vivenciados e especificidades culturais, criando contextos em que os migrantes se sintam parte de uma comunidade global justa e solidária.

Assim, a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva exige uma transformação estrutural nas políticas migratórias e nas práticas educacionais e sociais. Os desafios enfrentados pelos migrantes, tanto psicológicos quanto educacionais, precisam ser abordados a partir de políticas públicas que integrem saúde mental, cuidado psicoeducacional e respeito à diversidade cultural. Simultaneamente, é essencial criar espaços de protagonismo, onde os migrantes possam atuar como sujeitos ativos na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A inclusão real dos migrantes passa, portanto, pelo reconhecimento de suas identidades culturais, pelo fortalecimento de seu protagonismo e pela edificação de uma sociedade que valorize todos os indivíduos, independentemente de sua origem. O caminho para uma sociedade inclusiva não reside apenas na integração, mas na transformação profunda das estruturas sociais, políticas e educacionais, permitindo que cada migrante viva com dignidade e respeito, como sujeito pleno de direitos e deveres.

## Considerações finais

Este artigo explorou, sob a ótica de uma abordagem anticolonial, as dinâmicas de exclusão social, vigilância e marginalização frequentemente impostas aos migrantes, destacando como a psicologia e a educação podem atuar como ferramentas transformadoras nesse contexto. Com base em teorias de autores como Foucault, Derrida, Sousa Santos, Cusicanqui, Freire e Di Cesare, o estudo reforça a necessidade de uma ética migratória centrada na justiça social e no reconhecimento da diversidade cultural, elementos essenciais para uma integração mais inclusiva e humanizada dos migrantes.

A pesquisa reafirma a centralidade da saúde mental no processo migratório, evidenciando os efeitos psicológicos negativos das políticas migratórias excludentes, da discriminação e da marginalização. A migração deve ser entendida como um fenômeno complexo que envolve dimensões emocionais, identitárias e sociais. O sofrimento psicológico causado pela exclusão

pode ser aliviado por práticas psicoeducacionais que oferecem suporte emocional, auxiliam na reconstrução da identidade e promovem o empoderamento dos migrantes, permitindo que eles não apenas sobrevivam, mas prosperem nas novas comunidades.

A proposta educacional de Paulo Freire, com sua ênfase na liberdade e emancipação, oferece uma resposta poderosa às estruturas de exclusão. A educação, portanto, deve ser mais do que um processo de adaptação; ela deve ser um espaço de resistência e transformação. Programas como o *Refugee Integration Programme* da Alemanha exemplificam essa abordagem, ao integrar refugiados por meio de treinamento de idiomas, educação, assistência social e apoio psicológico, ajudando os migrantes a se adaptarem e a contribuírem de maneira plena para a sociedade alemã.

Da mesma forma, a Iniciativa de Educação Intercultural do Canadá é um exemplo concreto de como a educação pode ser reconfigurada para valorizar as identidades culturais dos migrantes. Através de práticas pedagógicas que respeitam as diversas culturas e promovem o respeito mútuo, essa iniciativa contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde os migrantes são reconhecidos como sujeitos plenos de direitos.

Além disso, a teoria de Foucault sobre vigilância e controle social ajuda a compreender como muitas políticas migratórias criam um ambiente de constante vigilância, tratando os migrantes como objetos de controle. Em resposta, é urgente a construção de um discurso de inclusão, que não os perceba como “problemas” ou “ameaças”, mas sim como sujeitos plenos de direitos, com a capacidade de influenciar as decisões políticas e sociais que afetam suas vidas.

A epistemologia anticolonial proposta por Sousa Santos e Cusicanqui sublinha a importância de descolonizar o saber, reconhecendo o conhecimento e a experiência dos migrantes sem subordiná-los a uma norma universalizante. A educação intercultural, já em prática em países como o Canadá, onde programas educacionais abordam as diversas culturas dos migrantes, facilita esse processo de inclusão ao valorizar as múltiplas identidades presentes nas salas de aula.

A migração deve ser tratada como um direito humano fundamental, conforme a teoria de Di Cesare. Programas como o Programa de Reassentamento de Refugiados dos Estados Unidos e o Sistema de Acolhimento e Integração de Refugiados da União Europeia mostram que a migração não é uma anomalia, mas parte da mobilidade humana, que envolve não apenas deslocamento físico, mas também social, cultural e psicológico. O reconhecimento do migrante como sujeito, e não como objeto de políticas, é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa.

O Programa de Reassentamento de Refugiados, por exemplo, oferece apoio legal, social e psicológico aos refugiados nos EUA, ajudando-os a se integrar na sociedade americana de maneira mais eficaz. Já o Sistema de Acolhimento e Integração de Refugiados da União Europeia é uma abordagem coordenada que inclui educação, saúde, moradia e apoio psicológico, com o objetivo de ajudar refugiados e migrantes a se integrarem nas sociedades europeias de maneira sustentável.

Portanto, a construção de políticas públicas que integrem a saúde mental, o cuidado psicoeducacional e o reconhecimento da diversidade cultural é crucial. Estas políticas devem ser mais do que garantias de acesso a serviços básicos; devem promover a plena participação dos migrantes nas sociedades que os acolhem, reconhecendo suas experiências e o potencial transformador que eles podem trazer. Exemplos concretos como o Programa de Integração e Inclusão de Migrantes da França, que oferece treinamento profissional, apoio psicológico e recursos para ajudar os migrantes a se integrarem, demonstram como tais práticas podem ser eficazes na redução das barreiras à integração.

Além disso, práticas educacionais devem ser reformuladas para valorizar as histórias e os saberes dos migrantes, reconhecendo-os como agentes de mudança, e não apenas como receptores passivos de ajuda. Programas de alfabetização intercultural no Reino Unido, por exemplo, oferecem uma abordagem que respeita e integra as culturas dos migrantes no processo educacional, ajudando-os a se integrar sem renunciar às suas identidades culturais.

Em síntese, as práticas psicoeducacionais e uma pedagogia inclusiva e anticolonial são fundamentais para romper com os ciclos de exclusão, vigilância e marginalização que afetam os migrantes. A verdadeira integração social exige o reconhecimento das identidades culturais dos migrantes, o empoderamento através da educação e o cuidado psicoeducacional, para que possam se tornar sujeitos ativos nas novas comunidades. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa, democrática e solidária, onde todos, independentemente de sua origem,

possam participar de forma plena na construção de uma nova realidade social.

## Referências

ACNUR (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS). **Refugiados e migrantes na Europa**: programas de educação e intercâmbio cultural. Genebra: ACNUR, 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/> Acesso 17/09/2024

BAMF (BUNDESAMT FÜR MIGRATION UND FLÜCHTLINGE). **Integrando refugiados na educação e no mercado de trabalho**. Alemanha: Escritório Federal para Migração e Refugiados, 2018. Disponível em: [https://www.bamf.de/DE/Startseite/startseite\\_node.html](https://www.bamf.de/DE/Startseite/startseite_node.html) Acesso 04/07/24

CASTLES, Stephen. **A crise da migração**: desafio e resposta. Cambridge: Polity Press, 2014.

CUSICANQUI, Silvia. **Sutiyaku**: pensamento descolonial e emancipação. [S.l.: s.n.], 2021.

DERRIDA, Jacques. **Força de lei**: o fundamento místico da autoridade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DI CESARE, Donatella. **O direito à hospedagem**: filosofia, direitos e migração. São Paulo: Unesp, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ética do cuidado de si**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 70. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GOVERNO DO CANADÁ. **Política de imigração e refugiados do Canadá**: programas para integração. Ottawa: Governo do Canadá, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1994.

MIGRAMUNDO. **Relatório de atividades e impactos**. Rio de Janeiro: MigraMundo ONG, 2020.

OECD (ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO). **O estado das políticas de migração e integração nos países da OCDE**. Paris: OECD Publishing, 2019.

PORTES, Alejandro; RUMBAUT, Rubén G. **Imigrante América**: um retrato. Berkeley: University of California Press, 2014.

REFUGEE COUNCIL. **Programa de educação para refugiados**: relatório sobre o impacto do apoio aos refugiados no Reino Unido. Londres: Refugee Council, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”

Recebido em: 22 de outubro de 2024  
Aceito em: 15 de dezembro de 2024